

## DOCUMENTO DE TRABALHO INTERNO

# Propostas de Atualização do Programa Político do MpD

Candidatura Paulo Veiga • Congresso MpD 2026 • Uso interno e confidencial

---

## Nota de enquadramento

O Programa Político do MpD em vigor é, na sua essência, o documento aprovado em novembro de 1990, ou seja, há mais de 35 anos. A edição de 2023 manteve a estrutura e grande parte do conteúdo original, com actualizações pontuais. Trata-se de um texto fundador de enorme valor histórico e doutrinário, mas que foi produzido num mundo radicalmente diferente do actual, um mundo sem internet generalizada, sem economia digital, sem inteligência artificial, sem crise climática como prioridade global, e sem a realidade geopolítica do Atlântico que hoje conhecemos.

Este documento não propõe rever os valores fundadores do MpD, democracia, liberdade, humanismo, Estado de Direito, e economia aberta. Esses valores são atemporais e continuam a ser a nossa identidade. O que propõe é actualizar as propostas programáticas concretas para que o partido possa responder, com credibilidade e visão, aos desafios do século XXI.

As propostas estão organizadas por área temática. Para cada área identifica-se o estado actual do PP, a lacuna ou desactualização existente, e a direcção da proposta de melhoria. O conteúdo detalhado de cada nova secção estará desenvolvido em fase posterior, com contributos de todos e integrado na proposta formal de um novo Programa Político.

## Legenda:

**PP actual:** *Resumo do que o PP actual diz sobre o tema*

**Proposta:** Proposta de melhoria ou actualização da secção existente

**Nova secção:** Proposta de criação de nova secção inexistente no PP

# I. ECONOMIA DIGITAL, INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Esta é a maior lacuna do Programa Político actual. O PP tem uma secção de Telecomunicações que data de 1990 e menciona telex e telefax como tecnologias de referência. Não existe qualquer referência à economia digital, às plataformas, à inteligência artificial, ao ecossistema de startups, aos dados como recurso estratégico, ou à soberania digital.

## 1.1 Telecomunicações e infraestrutura digital

**PP atual:** *'Ampliação e modernização da rede nacional de telecomunicações, implementando um projecto que permita dotar o país de um sistema capaz de escoar o tráfego telefónico, telex, telefax...'* (PP, 1990)

**Proposta:** Substituição integral da secção de Telecomunicações por uma nova secção de Infraestrutura Digital. Cobertura de fibra óptica e 5G em todas as ilhas habitadas. Conectividade como direito básico e infraestrutura de soberania. Posicionamento de Cabo Verde como hub de cabos submarinos do Atlântico. Política de espectro radioelétrico alinhada com as melhores práticas internacionais.

## 1.2 Economia digital e plataformas

**PP atual:** *Não existe qualquer referência à economia digital no PP actual.*

**Nova secção:** Nova secção sobre economia digital, com estratégia de atracção de empresas tecnológicas globais; criação de um ecossistema de startups cabo-verdianas; regime fiscal e regulatório competitivo para empresas digitais; marketplaces digitais para exportação de serviços e produtos nacionais; e promoção do trabalho remoto como oportunidade para a diáspora e para novos residentes.

## 1.3 Inteligência artificial e dados

**PP atual:** *Não existe qualquer referência a inteligência artificial, dados ou ciência computacional no PP.*

**Nova secção:** Nova secção sobre IA e dados, onde se crie uma estratégia nacional de inteligência artificial alinhada com os melhores padrões internacionais; dados como recurso estratégico do Estado e activo económico nacional; promoção da literacia em IA desde o ensino básico; utilização de IA na gestão pública e nos serviços ao cidadão; protecção de dados pessoais e soberania digital; posicionamento de Cabo Verde como referência africana em governação de IA.

## 1.4 Startups, empreendedorismo e inovação

**PP atual:** *O PP menciona empreendedorismo em contexto de desenvolvimento industrial tradicional, sem referência ao ecossistema de inovação ou às startups.*

**Proposta:** Criar uma política nacional de inovação e startups através de um regime de vistos e residência para empreendedores e nómadas digitais; fundo de capital de risco público-privado para startups cabo-verdianas; aceleradoras e incubadoras nas principais ilhas; ligação ao ecossistema de inovação da diáspora; e incentivos fiscais à I&D empresarial.

## II. SERVIÇOS FINANCEIROS, FINTECH E HUB ATLÂNTICO

O PP actual tem uma secção sobre 'Crédito, Bancos e Seguros' que se limita a princípios gerais sobre o sistema bancário doméstico. Não contempla o potencial de Cabo Verde como centro financeiro internacional, a revolução fintech, as criptomoedas ou os pagamentos digitais, áreas centrais para a visão da Singapura do Atlântico.

### 2.1 Sistema financeiro e hub de serviços

**PP actual:** *'Desenvolvimento do sistema financeiro nacional com vista à canalização eficiente da poupança e do financiamento do investimento.'* (PP, secção de Crédito, Bancos e Seguros)

**Proposta:** Expandir para incluir o posicionamento de Cabo Verde como centro de serviços financeiros internacionais do Atlântico; atracção de bancos, seguradoras e fundos de investimento internacionais; regime de licenciamento competitivo para instituições financeiras offshore; e Cabo Verde como gateway financeiro entre a Europa, África e as Américas.

### 2.2 Fintech e pagamentos digitais

**PP actual:** *Não existe referência a fintech, pagamentos digitais, mobile banking ou inclusão financeira digital.*

**Nova secção:** Nova secção de regulação moderna e proporcional para fintech e pagamentos digitais; inclusão financeira através de serviços móveis para populações não bancarizadas; Cabo Verde como laboratório regulatório para inovação financeira africana; e atracção de empresas fintech internacionais com sandbox regulatório.

### 2.3 Activos digitais e Web3

**PP actual:** *Não existe qualquer referência a activos digitais, blockchain ou Web3.*

**Nova secção:** Quadro regulatório claro e moderno para activos digitais; posicionamento de Cabo Verde como jurisdição de referência para empresas Web3 no espaço atlântico; protecção dos investidores e prevenção de branqueamento de capitais no ecossistema cripto.

### III. ECONOMIA DO OCEANO E GRANDE NAÇÃO OCEÂNICA

O PP tem uma secção sobre a Pesca, mas não trata o oceano como activo estratégico nacional na sua plenitude. Os 700 000 km<sup>2</sup> de Zona Económica Exclusiva são mencionados noutros contextos políticos, mas não têm expressão programática proporcional à sua importância. A visão de Cabo Verde como Grande Nação Oceânica exige um capítulo próprio.

#### 3.1 Pesca - Actualização

**PP atual:** *Secção existente sobre pesca, focada essencialmente na pesca artesanal e na pesca industrial como recurso alimentar e de exportação.*

**Proposta:** Expandir para incluir a aquacultura offshore; gestão sustentável dos recursos pesqueiros com base científica; monitorização digital das capturas e da frota; acordos internacionais de pesca que protejam os interesses nacionais a longo prazo; e combate à pesca ilegal com tecnologia de vigilância marítima.

#### 3.2 Economia Azul e novos sectores

**PP atual:** *Não existe referência à economia azul, ao turismo náutico de alto valor, às energias marinhas renováveis ou à biotecnologia marinha.*

**Nova secção:** Nova secção de Economia Azul dando destaque ao turismo náutico premium e mergulho; energia offshore (eólica e ondas); bioprospecção e biotecnologia marinha; cabos submarinos e infraestrutura de comunicações; investigação oceanográfica e parcerias científicas internacionais; e Cabo Verde como referência global na governação dos oceanos.

#### 3.3 Soberania e segurança marítima

**PP atual:** *Não existe referência estruturada à soberania marítima, à guarda costeira ou à vigilância da ZEE.*

**Nova secção:** Estratégia de soberania marítima implementando um sistema integrado de vigilância da ZEE (satélite, drones, patrulhamento); cooperação internacional com a UE, os EUA e parceiros africanos na segurança do Atlântico; e Cabo Verde como parceiro estratégico na arquitectura de segurança atlântica.

## IV. EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI

O PP tem uma secção de Educação com princípios sólidos, mas que reflecte as prioridades de 1990, ou seja, a erradicação do analfabetismo, escolaridade mínima, rádio e televisão como meios audiovisuais de ensino. Não existe qualquer referência a literacia digital, STEM (Science, Technology, Engineering and Mathematics), pensamento computacional, ensino personalizado com IA, ou preparação para a economia do conhecimento.

### 4.1 Educação - actualização dos princípios

**PP atual:** *Foco na erradicação do analfabetismo, na escolaridade mínima e na ligação escola-trabalho tradicional. Referência à rádio e televisão como meios de ensino avançados.*

**Proposta:** Actualizar para incluir a literacia digital como competência básica ao nível da leitura e escrita; pensamento computacional e STEM desde o ensino primário; ensino personalizado com apoio de inteligência artificial; salas de aula equipadas com tecnologia; e conectividade garantida em todas as escolas do arquipélago.

### 4.2 Ensino superior e investigação

**PP atual:** *O PP menciona a organização do ensino superior 'nos domínios técnicos e de gestão'. Não existe referência à investigação científica como motor de desenvolvimento.*

**Proposta:** Posicionamento da Uni-CV e das instituições de ensino superior como centros de investigação reconhecidos internacionalmente; criação de centros de excelência em áreas estratégicas (oceano, energia renovável, tecnologia, fintech); programa de atracção de investigadores da diáspora; e bolsas e parcerias com universidades internacionais de referência.

### 4.3 Formação ao longo da vida e requalificação

**PP atual:** *O PP menciona formação profissional em contexto de emprego industrial tradicional.*

**Nova secção:** Estratégia de aprendizagem ao longo da vida para a era digital; plataformas de e-learning acessíveis a todos os cabo-verdianos, incluindo a diáspora; programas de requalificação para trabalhadores de sectores em transformação; certificações digitais reconhecidas internacionalmente; e parcerias com plataformas globais de educação online.

## V. JUVENTUDE, MULHER E EMPREENDEDORISMO

O PP tem uma secção sobre a Juventude com foco em associativismo, desporto, cultura e formação profissional tradicional. Não contempla o empreendedorismo jovem, a economia criativa, as carreiras digitais ou os desafios específicos da geração que cresceu com a internet. Com 70% da população em idade activa, esta é uma lacuna crítica.

### 5.1 Juventude - actualização

**PP atual:** *'Fomento e consolidação de associações juvenis; apoio ao desenvolvimento da aprendizagem profissional.'* (PP, secção da Juventude)

**Proposta:** Expandir para incluir o apoio ao empreendedorismo jovem com microfinanciamento e mentoria; programa nacional de emprego jovem na economia digital; incentivos à criação de startups por jovens cabo-verdianos; ligação dos jovens da diáspora ao ecossistema de inovação nacional; e o combate ao desemprego jovem com formação orientada para as necessidades reais do mercado.

### 5.2 Mulher - actualização

**PP atual:** *O PP tem referências à igualdade da mulher mas não quantifica metas nem propõe mecanismos concretos.*

**Proposta:** Metas concretas de representação feminina na política e nas empresas; apoio ao empreendedorismo feminino com programas específicos de financiamento e mentoria; combate à violência doméstica com recursos adequados; igualdade salarial garantida por lei e fiscalizada; e mulheres na ciência e tecnologia como prioridade nacional.

### 5.3 Economia criativa e cultura digital

**PP atual:** *O PP tem secções sobre Cultura e sobre Desporto mas não sobre a economia criativa como sector económico.*

**Nova secção:** Nova secção sobre economia criativa para a fazer da música, artes visuais, moda, gastronomia e artesanato como sectores económicos exportáveis; plataformas digitais para a distribuição global da cultura cabo-verdiana; protecção dos direitos de autor na era digital; e ligação da identidade cultural à estratégia de marca de Cabo Verde no mundo.

## VI. DIÁSPORA - ACTUALIZAÇÃO DIGITAL

O PP tem uma secção sobre Emigração com propostas relevantes, mas centradas nos contextos de 1990, ou seja, remessas, voto no estrangeiro, representação parlamentar, e intercâmbio cultural. Não contempla o papel da diáspora na economia digital, o investimento em startups, o retorno de talento qualificado ou as ferramentas digitais de ligação à diáspora.

### 6.1 Diáspora - actualização

**PP atual:** *Foco nas remessas, no voto, na representação parlamentar e nos acordos consulares. Proposta de um Ministério da Emigração.*

**Proposta:** Manter as propostas válidas e expandir com plataforma digital de ligação da diáspora ao país (serviços consulares, investimento, participação política); programa de retorno de talento qualificado com incentivos fiscais e apoio à reintegração; e diáspora como investidora em startups e PME cabo-verdianas; redes de mentoria da diáspora para jovens empreendedores residentes.

### 6.2 Diáspora como embaixadora de Cabo Verde

**PP atual:** *Não existe referência ao papel da diáspora na promoção da imagem e da marca de Cabo Verde no mundo.*

**Nova secção:** Nova dimensão com a diáspora como rede de embaixadores da marca Cabo Verde; promoção do turismo e do investimento através das comunidades; ligação da diáspora à estratégia diplomática e económica do país; e reconhecimento formal do contributo da diáspora para além das remessas.

## VII. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E CLIMA

O PP tem uma secção de Energia que reconhece o potencial da energia eólica e solar, notavelmente visionária para 1990. Mas não contempla a transição energética como prioridade estratégica, as metas de descarbonização, a economia circular, ou o impacto das alterações climáticas num país arquipelágico especialmente vulnerável.

### 7.1 Energia - actualização

**PP atual:** *Secção existente com foco em energias renováveis (eólica e solar) e racionalidade económica do sector energético.*

**Proposta:** Actualizar com a meta concreta de 100% de energia renovável num prazo definido; estratégia de armazenamento de energia (baterias, hidrogénio verde); exportação de energia renovável como oportunidade económica; e descarbonização progressiva dos transportes marítimos e aéreos interilhas.

### 7.2 Alterações climáticas e resiliência

**PP atual:** *Não existe referência às alterações climáticas como desafio específico para Cabo Verde.*

**Nova secção:** Nova secção para uma estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas, especialmente a subida do nível do mar; protecção das zonas costeiras; gestão da água como recurso estratégico em contexto de seca; e Cabo Verde como voz activa nos fóruns internacionais de clima, em representação dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) - futuras Grandes Nações Oceânicas.

### 7.3 Economia circular

**PP atual:** *Não existe referência à economia circular ou à gestão de resíduos como oportunidade económica.*

**Nova secção:** Estratégia de economia circular para a gestão de resíduos como sector económico; reciclagem e reutilização como política industrial; e Cabo Verde como modelo de sustentabilidade para nações insulares.

## VIII. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E E-GOVERNMENT

O PP tem uma secção de Administração Pública com princípios de eficiência, descentralização e combate à corrupção, temas permanentemente actuais. No entanto, não contempla a transformação digital do Estado, os serviços públicos online, a interoperabilidade dos sistemas ou a utilização de dados na tomada de decisões públicas.

### 8.1 Administração pública — actualização

**PP atual:** *Foco na descentralização, na eficiência e no combate ao nepotismo e à corrupção.*

**Proposta:** Expandir com a digitalização completa dos serviços públicos (licenças, registos, pagamentos, declarações); interoperabilidade entre todos os serviços do Estado; eliminação do papel nos processos administrativos num prazo definido; e utilização de dados e analytics na gestão pública e na avaliação de políticas.

### 8.2 Transparência e dados abertos

**PP atual:** *O PP defende o combate à corrupção mas não propõe mecanismos tecnológicos concretos de transparência.*

**Nova secção:** Política de dados abertos através da publicação de todos os dados públicos em formato aberto e acessível; plataformas de participação cidadã digital; orçamento participativo digital; rastreabilidade das despesas públicas em tempo real; e Cabo Verde como referência africana em governo aberto.

### 8.3 Cibersegurança e soberania digital

**PP atual:** *Não existe qualquer referência à cibersegurança, à protecção de dados ou à soberania digital.*

**Nova secção:** Estratégia nacional de cibersegurança; protecção das infraestruturas críticas do Estado; legislação moderna de protecção de dados pessoais compatível com os melhores padrões internacionais; CERT nacional para resposta a incidentes; e formação de especialistas nacionais em cibersegurança.

## IX. TURISMO - ACTUALIZAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

O PP tem uma secção de Turismo com propostas relevantes, mas centradas no turismo de massa e no desenvolvimento de infraestruturas básicas. Não contempla o turismo de luxo, o turismo de nicho, o turismo sustentável, as plataformas digitais de distribuição ou a experiência do visitante na era digital.

### 9.1 Turismo - actualização

**PP atual:** *Foco no desenvolvimento turístico como gerador de emprego e divisas, com ênfase no turismo interno e na articulação com o investimento estrangeiro.*

**Proposta:** Actualizar para incluir uma estratégia de turismo de alto valor acrescentado (luxo, natureza, cultura, gastronomia, e/ou náutica); gestão da capacidade para garantir a sustentabilidade dos destinos; experiência digital do visitante (apps, realidade aumentada, serviços integrados); Cabo Verde nas principais plataformas digitais de turismo global como destino de referência; e parcerias com influenciadores e criadores de conteúdo para promoção internacional.

### Síntese e próximos passos

Este documento identificou nove áreas de actualização prioritária do Programa Político do MpD. Em alguns casos trata-se de modernizar secções existentes, sendo que na maioria dos casos trata-se de criar secções inteiramente novas que respondam a realidades que simplesmente não existiam em 1990.

As propostas estão alinhadas com a Visão que a candidatura de Paulo Veiga defende, ou seja, um Cabo Verde Farol do Atlântico, uma Singapura do Atlântico, e uma Grande Nação Oceânica. O Programa Político actualizado deve ser o documento que materializa, ponto a ponto, essa visão em propostas concretas e exequíveis.